

RELATORIA: DIRETOR CARLOS NASCIMENTO
TERMO: Voto à Diretoria Colegiada
NÚMERO: VOTO DCN 127/2015
OBJETO: 1ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio – TBP
– MS VIA – Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense
S.A.
ORIGEM: SUINF/ANTT
PROCESSO(s): 50500.004404/2015-02
**PROPOSIÇÃO DA
PROCURADORIA-
GERAL:** PARECER Nº 1.790/2015/PF-ANTT/PGF/AGU, fls. 31-34
PROPOSIÇÃO DCN: Pela aprovação
ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO – DIRETORIA COLEGIADA

I – DAS PRELIMINARES

Trata-se de Proposta de Resolução da Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que autoriza e aprova a 1ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio – TBP - da MS VIA – Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.

A ANTT, por intermédio da Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF, analisou a proposta de inclusão de retornos em nível nos trechos de duplicação na rodovia BR-163/MS, não previstos no Programa de Exploração de Rodovias – PER, em atendimento ao disposto nas Resoluções ANTT nº 1.187, de 9.11.2005, nº 3.651, de 7.4.2011 e nº 4.075, de 3.4.2013.

II – DOS FATOS

A 1ª Revisão Extraordinária, analisada na Nota Técnica nº 021/2015/GEROR/SUINF, de 27/02/2015, com efeitos financeiros a partir da data de início da cobrança da tarifa de pedágio, foi realizada visando ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pactuado inicialmente no contrato de concessão celebrado entre a União e a MS VIA – Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.

Visando calcular os efeitos da inclusão, no PER, dos retornos em nível, foi considerada a proposta apresentada por meio da Nota Técnica nº 003/2015/GEINV/SUINF, de 09/01/2015, retificada pela Nota Técnica nº 008/2015/GEINV/SUINF, de 29/01/2015.

1ª Revisão Extraordinária

Por meio da Nota Técnica nº 008/2015/GEINV/SUINF, a GEINV/SUINF encaminhou à GEROR os elementos a serem inseridos no reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

O quadro 1 traz o item inserido no Fluxo de Caixa Marginal (FCM) da 1ª Revisão Extraordinária e seu impacto no reequilíbrio econômico e financeiro da TBP:

Quadro 1 - Investimento inserido no FCM da 1ª Revisão Extraordinária e impacto na TBP

Investimento	Impacto
Dispositivo de Retorno (unifilar)	2,67%

Portanto, o restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente, devido à revisão procedida, altera a Tarifa Básica de Pedágio quilométrica de R\$ 0,04381 (tarifa vencedora do leilão) para R\$ 0,04498, referenciada a maio de 2012, para a categoria 1 de veículos, consistindo em um acréscimo na TBP de 2,67% (dois inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), com efeitos financeiros a partir da data de início da cobrança da tarifa de pedágio.

III – DA ANÁLISE PROCESSUAL

Por meio do PARECER Nº 1.790/2015/PF-ANTT/PGF/AGU, fls. 31-34, a Procuradoria-Geral, conclui que “ abstraindo-me de quaisquer considerações de ordem eminentemente técnica, especialmente quanto à decisão de instalação de novos retornos em nível ou se os respectivos projetos atendem as exigências do PER, considero juridicamente possível a homologação da revisão extraordinária em apreço, com efeitos financeiros a partir da data de início da cobrança da tarifa de pedágio, consoante minuta de fl.14.”

IV – DA PROPOSIÇÃO FINAL

Considerando o exposto, e observando-se que na presente revisão não foram considerados adicionais de custo de operação e manutenção, visto que serão objeto de análise em momento oportuno, proponho ao Colegiado desta Casa que aprove a Minuta de Resolução apresentada em anexo.

Brasília, 13 de maio de 2015.


CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO
Diretor

À Secretaria-Geral - SEGER, com vistas ao prosseguimento do feito.
Em 13 de maio de 2015.

Ass:


Fabiana Conceição Bezerra Silva
Matrícula 20777/0
Secretaria DEN